

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Augusto Henrique Assis Resende
Isabel Camilo de Camargo

DEBATES EM DEFESA DA
ESCRAVIDÃO E DA ABOLIÇÃO NOS
JORNAIS MINEIROS E
MATO-GROSSENSES NO SÉCULO XIX

RESENDE, Augusto Henrique Assis
CAMARGO, Isabel Camilo de
DEBATES EM DEFESA DA ESCRAVIDÃO E DA ABOLIÇÃO
NOS JORNAIS MINEIROS E MATO-GROSSENSES NO
SÉCULO XIX

R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 181(484): 169-193, set/dez. 2020

Rio de Janeiro
set/dez. 2020

DEBATES EM DEFESA DA ESCRAVIDÃO E DA ABOLIÇÃO NOS JORNAIS MINEIROS E MATO-GROSSENSES NO SÉCULO XIX

DEBATES IN DEFENSE OF SLAVERY AND ABOLITION IN NEWSPAPERS PUBLISHED IN THE PROVINCES OF MINAS GERAIS AND MATO GROSSO IN THE 19TH CENTURY

AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE¹

ISABEL CAMILO DE CAMARGO²

Resumo:

O objetivo deste texto é analisar as principais ideias existentes nos debates favoráveis e contrários à manutenção da escravidão em jornais das províncias de Minas Gerais e de Mato Grosso. O recorte temporal refere-se à chegada da imprensa a essas duas províncias, que ocorreu em datas diferentes, até o último quartel do século XIX - visto que, no Brasil, as décadas de 1870 e 1880 suscitaram um debate sobre a escravidão e os temas ligados à emergência da abolição. A discussão sobre a escravidão e a abolição nos periódicos das duas províncias mostra o quanto a escravidão estava imbricada na sociedade brasileira e em diversas regiões com dinâmicas diferentes.

Palavras-chave: Imprensa; Brasil Império; Escravidão; Abolição; Século dezenove.

Abstract:

The purpose of this text is to analyze the main ideas in the debates for and against the maintenance of slavery in newspapers in the provinces of Minas Gerais and Mato Grosso. The time frame refers to the arrival of the press in these two provinces, which occurred on different dates, until the last quarter of the 19th century - since, in Brazil, the 1870s and 1880s raised a debate about slavery and the themes linked to the emergence of abolition. The discussion about slavery and abolition in the journals of the two provinces shows how much slavery was intertwined in Brazilian society and in different regions with different dynamics.

Keywords: Press. Empire Brazil. Slavery. Abolition. 19th century.

A escravidão negra em território brasileiro e os movimentos contrários a ela são temas presentes na historiografia brasileira ainda na atualidade, o que leva não só a uma série de reinterpretações, mas também a buscas de novos rastros que possam exemplificar e melhor esclarecer suas configurações na sociedade oitocentista no Brasil. Em vista disso, o objetivo deste texto é o de demonstrar que, por meio de análises feitas a partir

1 – Doutorando em História pela UNESP/Assis. Bolsista Capes. Orientador: Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues. E-mail: agtassis@yahoo.com.  <https://orcid.org/0000-0002-2414-1831>.

2 – Pós-doutoranda em Educação pela PPGEdU/UFMT/Rondonópolis. Bolsista Capes. Supervisor: Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes. E-mail: isabelc_camargo@hotmail.com.  <https://orcid.org/0000-0001-7066-621X>.

de debates que tiveram espaço em jornais das províncias de Mato Grosso e de Minas Gerais acerca dessa temática, entre as décadas de 1830-1880 (isto é, em período próximo à aprovação da Lei Áurea), houve diferentes argumentos que conformaram os discursos favoráveis e contrários à abolição nas duas províncias.

Ambas as províncias podem ser relacionadas, no século XIX, se pensadas a partir do declínio da mineração. Porém, nos chama a atenção, ainda, o uso da mão de obra escravizada em ambas as províncias e em atividades diversas - como mineração, lavoura, atividades domésticas -, bem como a presença do tema da escravidão e da abolição nos jornais que circularam por essas províncias no oitocentos.

Para demonstrarmos nossas pretensões, buscamos debater os discursos que periodistas faziam concernentemente aos escravos mineiros e mato-grossenses. Ademais, focaremos nossos esforços em compreender a atuação de alguns jornais dessas províncias, destacando que os periódicos analisados possuíam claramente uma postura político-partidária, o que os colocava em sintonia com a política regional e até nacional, em alguns casos³.

Grinberg e Peabody destacam que escravidão e liberdade eram um dos pontos nodais para as experiências de vida dos negros escravizados. As autoras ressaltam que liberdade e escravidão não eram termos considerados tão contraditórios, pois havia muitas gradações e implicações sociais. A contribuição das autoras contribui para levar-nos a uma observação mais atenta do tema nos jornais utilizados⁴.

Sidney Chalhoub também se interessa por entender a concepção de liberdade para o escravo no século XIX. Em sua pesquisa, ele percebe que a maior preocupação advinda dos escravos poderia não ser a liberdade em

3 – Conseguimos obter informações extras de algumas pessoas que são citadas nas notícias dos jornais, essas estão referenciadas. Porém, de algumas outras pessoas não foi possível obter outros dados senão os citados nos periódicos.

4 – GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. *Escravidão e liberdade nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

si, mas a melhoria da sua condição de vida. Chalhoub compreende que o escravo agia de acordo com uma lógica própria. Era de seu interesse, por exemplo, manter sua família e seus entes familiares próximos, ao invés de ter sua liberdade. A análise de Chalhoub ajuda a compreender o ponto de vista dos escravizados e, apesar de os periódicos aqui trabalhados não apontarem para isso, é necessário perceber que ele perpassa as notícias⁵.

No que concerne à configuração da imprensa no Brasil, antes de ter se consolidado nos anos 1880, ela teve um caminhar lento e *sui generis* relativamente ao restante do continente americano. Foi somente a partir do estabelecimento da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, nova sede do Império Luso-brasileiro, em maio de 1808, que a imprensa – então oficialmente inaugurada nessa porção portuguesa – passou a ter grande importância em termos de difusão de informações e adquiriu também aspecto de um novo meio de propagação de escritos político-filosóficos, o que acrescentava novos conceitos e práticas políticas aos letrados e à elite brasileira⁶.

Como no período colonial havia restrições relativas à entrada e à circulação de livros na América portuguesa, especialmente em período anterior ao do estabelecimento da sede da monarquia, parte dos jornais que passaram a circular por aqui, a partir de então, também explorou essa nova perspectiva: a de um novo espaço de notícias e de opiniões voltado a um público que, ainda que restrito, poderia aumentar.

Embora no período pós-Imprensa Régia não se obstasse a circulação de periódicos no Brasil, foi somente a partir da abolição da censura prévia, em 28 de agosto de 1821, que a imprensa periódica cresceu substancialmente por aqui⁷. Além disso, Marco Morel explica que, com a liberdade de imprensa, criou-se um espaço de expressão pública. Esse

5 – CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

6 – SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

7 – NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

espaço teria proporcionado grande alívio a muitos escritores, que passaram a expressar na esfera pública aquilo que antes era majoritariamente de domínio privado⁸.

No que toca ao contexto americano, ainda que o Brasil estivesse em grande atraso relativamente a quase todo o continente, o estabelecimento da Imprensa Régia proporcionou o nascimento de uma imprensa ativa e combativa, não apenas áulica. A partir de então, ela se multiplicou indefinidamente, inclusive com a abertura de novas tipografias em outras localidades⁹. O alvorecer e o desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro deram ensejo a diversas alterações no cotidiano da corte, pois, com o seu aparecimento, uma miríade de relações sociais era também afetada devido ao seu alcance. A atividade impressa contava com a participação de correspondentes, editores, panfletários, folhetinistas, tipógrafos, censores, leitores, ou seja, havia um considerável envolvimento social ligado à Imprensa Régia e aos papéis que galgavam o espaço público¹⁰.

Desde a sua instalação na América portuguesa, a imprensa e o avanço das instituições políticas nacionais caminharam lado a lado. Pode-se dizer que “a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas”¹¹.

8 – MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

9 – Em 05/02/1811, o negociante Manuel Antônio da Silva Serva recebeu autorização para abrir uma tipografia na cidade de Salvador (Silva, 2006, p. 155). Sobre a Imprensa Régia, a gráfica que deu origem a ela foi trazida de Lisboa por Antônio de Araújo, posteriormente conde da Barca (Ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra), e funcionou de 1808 a 1821. A criação e o funcionamento da Imprensa Régia se deram no mesmo dia: 13/05/1808. Porém, antes de 1808 houve tentativas de se imprimir textos na América portuguesa, ainda que quase todas frustradas pela rigidez das normas de proibição da coroa. Cf. LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Isso fica perceptível a partir de Carlos Rizzini (1946), que cita três casos de tentativas de publicação de impressos anteriores a 1808: em 1706, em Recife; em 1746-1747, no Rio de Janeiro; e em 1807, em Vila Rica. Sendo que nas duas primeiras ocasiões, a coroa portuguesa obsteu os tentames.

10 – SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira (Org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

11 – MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil* (2.^a ed.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 8.

Assim, leva-se em conta que os jornais faziam parte da engrenagem política e social de seu tempo, transmitiam aos seus leitores as suas intenções e esperanças, assim como as suas hipocrisias e as suas mentiras. E, apesar de desempenharem um importante papel, formidável como fontes primárias, eles devem ser analisados como quaisquer outras fontes para as quais o historiador lança as suas questões, com rigor e com cuidado, de modo que as comparações possam ser feitas com o fim de melhorar a compreensão e a reconstrução do nosso passado.

Desta feita, é digno de nota acrescer que o método crítico é importante para refletir sobre a pesquisa histórica, já que debater o manuseio das fontes históricas é primordial para quaisquer pesquisas. Ao analisarmos a documentação, no caso, os jornais, com o rigor que o fazer histórico demanda, procuraremos nos guiar pela afirmação de Marc Bloch acerca da importância da análise crítica relativa aos documentos, da desconfiança referente ao que as fontes podem nos oferecer:

[...] O historiador não é, cada vez menos, esse juiz um pouco rabugento cuja imagem desabonadora, se não tomarmos cuidado, é facilmente imposta por certos manuais introdutórios. Não se tornou, certamente, crédulo. Sabe que suas testemunhas podem se enganar ou mentir. Mas, antes de tudo, preocupa-se em fazê-las falar, para compreendê-las. É uma das marcas mais belas do método crítico ter sido capaz, sem em nada modificar seus primeiros princípios, de continuar a guiar a pesquisa nessa ampliação¹².

Nesse sentido, e na esteira de Bloch, é interessante acrescentar que Antoine Prost ressalta a grande relevância do método de crítica documental e de suas regras (com as críticas: interna, externa, da sinceridade e da exatidão), as quais ajudam o historiador a proceder de modo levantar questionamentos pertinentes capazes de levá-lo a hipóteses que cheguem a respostas adequadas ao momento em que propõe a reflexão¹³.

12 – BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 95.

13 – PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história* (2.^a ed.). 3.^a reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Sendo a pesquisa documental e tendo jornal como fonte histórica, concordamos com Tania Regina de Luca ao esclarecer que o trabalho com periódicos ocorre em torno do que se tornou notícia com o que foi publicado, e que tal fato abarca várias questões. A historiadora também ressalta que devemos observar que “certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”. No decorrer de nossa análise, percebemos que o posicionamento político dos jornais pesquisados está inserido no transcorrer de diversos artigos¹⁴.

Os debates acerca da escravidão e da abolição nos jornais mineiros

No que concerne ao escravismo, traçamos uma contextualização político-econômica a partir do que foi encontrado em periódicos da província de Minas Gerais, o que contribui para o entendimento de parte do que se dava nas relações do trabalho servil e do movimento antiescravocrata que teve seu auge nos anos 1880.

Os três jornais pesquisados e mencionados no texto são das cidades mineiras de Ouro Preto e de São João del-Rei. São eles: *A Província de Minas* (Conservador), Ouro Preto, publicado de 1878 a novembro de 1889; *Liberal Mineiro* (Liberal), Ouro Preto, editado de janeiro de 1882 a 1889; e *O Arauto de Minas* (Conservador), São João del-Rei, impresso de 17 de março de 1877 a 24 de dezembro de 1889¹⁵.

Entre 1720 e 1815, Minas Gerais era composta por quatro comarcas: Rio das Velhas, Serro Frio, Vila Rica e Rio das Mortes. Cada uma delas

14 – LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 140.

15 – Os jornais pesquisados relacionados a Minas Gerais podem ser consultados nos sítios eletrônicos do Arquivo Público Mineiro (APM) e da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Assim como examinados na biblioteca (sala n.º 3) do campus Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), microfilmados e nas seguintes caixas: *O Arauto de Minas* (0022 e 0023), *Liberal Mineiro* (0186 a 0188), *A Província de Minas* (0197). O APM é acessado a partir deste endereço eletrônico: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Enquanto a Hemeroteca da BN por este: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

tinha características bem diferentes quanto à formação de sua população, com muita variação na distribuição da parcela de brancos e mesmo quanto ao número de escravos. A comarca do Rio das Velhas, cuja sede era Sabará, tinha muitas fazendas de gado e contava com alguns pontos de mineração. Era a comarca mais densamente povoada e tinha poucos brancos, mas grande quantidade de negros. A de Serro Frio tinha como centro mais importante a Vila do Príncipe, contando, ainda, com o Distrito Diamantino. Essa comarca possuía menos habitantes que as demais por conta do tratamento acurado que a coroa portuguesa dispensava a ela em decorrência dos diamantes ali extraídos. A comarca de Vila Rica, e sua sede homônima, era majoritariamente ligada à mineração e tinha grande quantidade de escravos. A do Rio das Mortes, encabeçada por São João del-Rei, era povoada pelo maior número de brancos da Capitania e tinha “[...] uma economia local mais equilibrada e diversificada” do que as outras três¹⁶.

No tocante à questão econômica mineira, é interessante que tenhamos algumas considerações, já que essa é uma temática controversa e que desperta a atenção de estudiosos ao longo dos séculos XX e XXI, com destaques para Caio Prado Júnior e para a “escola fluminense”, com Maria Yedda Linhares, com João Fragoso, entre outros. Há uma narrativa que quis mostrar que, por volta de meados do século XVIII, quando a extração do ouro ficou mais difícil e mais onerosa, passando a demandar técnicas mais elaboradas e investimentos mais vultosos, a consequência direta disso foi o quase abandono da atividade mineradora na Capitania de Minas Gerais. Segundo a visão de alguns estudiosos, a queda dessa produtividade levou a Capitania a uma situação bastante complicada, já que, como acreditavam, para que o foco na extração aurífera não fosse posto de lado ou diminuído, ações para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária foram desencorajadas. Assim, com as atenções voltadas apenas à mineração, quando esta atividade entrou em crise, a economia regional simplesmente ruiu.

16 – MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira*, Brasil – Portugal, 1750-1808 (2.^a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 109.

Por outro lado, vemos uma linha historiográfica mais condizente com os vestígios documentais e com os fatos deles advindos que, por meio de extensa pesquisa documental, demonstrou que a decadência econômica de Minas Gerais, em fins do século XVIII e em boa parte do XIX, não passa de um mito, conforme demonstram os estudos de Fragoso, de Graça Filho, de Martins, entre outros¹⁷.

Em estudo pioneiro, Roberto Borges Martins¹⁸ averiguou que, durante o século XIX, havia uma grande demanda por mão de obra escravizada em Minas Gerais, e que os expressivos números de escravos encontrados em suas buscas não poderiam ser oriundos apenas de crescimento natural, como outrora chegou-se a sustentar. Martins (1996)¹⁹ faz demonstrações de que, durante a maior parte do Oitocentos, Minas foi não só a grande importadora de escravos (quando não do tráfico internacional, valia-se do tráfico interprovincial), como foi a maior importadora de escravos.

A partir de uma série de pesquisas de caráter similar, fez-se o seguinte apontamento mediante o qual se verificou que, de 1828 a 1830, 48,5% dos escravos recém-chegados à costa do Rio de Janeiro foram importados por Minas Gerais. De acordo com registros do censo de 1872, o mais completo realizado durante período imperial, a Província de Minas tinha 300 mil habitantes. Uma região com economia debilitada (como foi cogitado) não teria condições de manter uma população tão numerosa, nem mesmo de comprar um número tão grande de escravos. Naquele momento, Minas tinha um contingente populacional superior ao das Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, que eram importantes zonas portuárias. Do

17 – Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império Brasileiro*. São Paulo: Atual Editora, 2004. Os trabalhos historiográficos em questão comprovam o mito da decadência da econômica mineira.

18 – MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy in nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980 Tese de doutorado.

19 – MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 99-130, p. 19.

mesmo modo, o número de escravos se elevava a patamares tão altos, que contradizem as hipóteses de que a escravaria mineira seria decorrente apenas do crescimento endógeno. À guisa de exemplo, no período de três anos de pesquisa (1828, 1829 e 1830), chegou-se a montante superior a seis mil escravizados africanos transportados por tropeiros, do Rio de Janeiro a Minas Gerais, anualmente²⁰.

Em período próximo, que abrange de 1825 a 1833, outro estudo demonstrou que, do número total de escravos postos à venda no Rio de Janeiro, quase a metade (48,4%) foi absorvida por comerciantes mineiros, “porcentagem superior [ao] das áreas agroexportadoras do Vale do Paraíba e do Norte Fluminense que, juntas, receberam 36,5% dessa mão-de-obra”²¹.

Ademais, ao pesquisar inventários *post-mortem*, o historiador Afonso de Alencastro Graça Filho constatou que havia uma disseminação de fazendas em Minas Gerais com escravaria de médio e de grande porte, o que também não condiz com o discurso de uma economia dita decadente; posto que, para manter uma parcela significativa de cativos, seria necessário que tais fazendas conseguissem um rendimento considerável e, portanto, deveriam estar inseridas em algum ramo econômico lucrativo. E era este o caso do comércio interno, que era amplamente dinamizado em Minas e pelos mineiros, especialmente pelo segmento mercantilista de São João del-Rei. Assim, os mineiros eram responsáveis por escoar grande parte de produtos diversos e oriundos das Províncias de Goiás e do Mato Grosso, além da sua produção interna, praticamente tudo a caminho da corte.

Mesmo sendo portadora de uma das maiores escravarias do Império do Brasil, como vimos anteriormente, alguns indivíduos da província mineira entenderam ser necessário discutir sobre a manumissão dos cativos. Embora não fosse maioria, houve em Minas Gerais quem discutisse sobre

20 – GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império Brasileiro*. São Paulo: Atual Editora, 2004, p. 19.

21 – GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002, p. 21.

como se daria, ou se devia proceder, o fim da escravidão na província. Vemos, em parte da imprensa mineira, principalmente do último quartel do século XIX, um desconforto relativamente ao escravismo. Em alguns casos, esse discurso poderia ser mais exaltado, mas, em geral, era moderado. Essa moderação e “prudência” se deviam a um sentido implícito em não se alterar sobremaneira o *status quo* no mundo do trabalho brasileiro.

Severiano Nunes Cardozo de Rezende era proprietário e redator d’*O Arauto de Minas*, folha do partido conservador são-joanense²². Ele escreveu um artigo em que demonstra a necessidade de se pôr fim ao escravismo brasileiro, apontando a mácula que esse sistema trazia à história do país. Contudo, afirma que a melhor opção para se pôr termo à escravidão no Brasil viria com o correr do tempo e por meio da Lei do Ventre Livre. Ou seja, esse processo deveria se dar por meios pacíficos e graduais, bem ao estilo conservador de fazer política. Segue parte de seu artigo intitulado *Os abolicionistas*:

[...] Neste Império não há uma voz discordante acerca desta questão, ninguém advoga a causa da escravidão; todos reconhecem que esta instituição é um ponto negro a figurar na história de nossos costumes, pondo peias ao engrandecimento do país; mas não é necessária a propaganda dos humanitários abolicionistas, que querem fazer seu nome correr mundo, para que se resolva esta melindrosa questão.

Na lei de 28 de Setembro de 1871 está a resolução do difícil problema, resolução pacífica, moderada e que não trará o desanimo e o terror ao seio da lavoura.

Nestas circunstâncias é dever de todo cidadão, que deveras ama seu país, opor resistência à onda *philantropica* [sic] que ameaça especialmente aos lavradores²³.

22 – Severiano Nunes Cardoso de Rezende também foi professor, advogado provisionado, escritor e importante político da região. Ver: GIAROLA, Flávio Raimundo. Trabalho e combate à vadiagem: representações da mão-de-obra nos discursos dos periódicos de São João del-Rei (1871-1888). In: *Temporalidades – Revista Discente*. UFMG. vol. 4. Nº1, edição 07, 2012, p. 278-302.

23 – *O Arauto de Minas*, ano IV, n.º 37, 09/12/1880. São João del-Rei, p; 2. Escrita atualizada.

A história da Conjuração Mineira (1788-1789) ainda suscita controvérsias e debates. Esse movimento sedicioso foi apropriado tanto por monarquistas quanto por republicanos a partir de meados do século XIX, e se valeram do uso da imagem e do uso político dos conjurados, principalmente, a do personagem Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. Em algumas ocasiões, estabeleceu-se uma analogia entre a imagem simbólica dos conjurados mineiros e a necessidade de se dar liberdade a determinados cativos. A simbologia dos inconfidentes foi apresentada e relacionada à libertação de escravizados na província de Minas Gerais a partir de textos literários e jornalísticos.

A assimilação da imagem de Tiradentes por amplos movimentos sociais é assinalada por José Murilo de Carvalho, que demonstra a transformação de Tiradentes de mártir a herói nacional. Em seu estudo, Carvalho também apresenta os matizes abolicionistas que eram utilizados relativos ao mártir da Conjuração Mineira. Ao fazer menção a um poema, de 1884, em que um operário louva a figura de Tiradentes, Carvalho comenta um trecho relacionado ao movimento abolicionista daquele período:

O mesmo poema – escrito, lembre-se, antes da Abolição – termina vinculando Tiradentes à luta contra a escravidão: ‘Dos escravos as algemas/ quebradas, serão poemas/ a esse gênio imortal’. A interpretação da Inconfidência como movimento abolicionista, além de libertador e republicano, ligava Tiradentes às três principais transformações por que passara o país: Independência, Abolição, República. Da trindade cívica dos positivistas, Tiradentes era o único a poder resumir e representar os três movimentos²⁴.

Assim, indo ao encontro do que foi constatado por Carvalho, citamos um impresso que foi razoavelmente expressivo no tocante à memória dos inconfidentes, bem como em sua relação com o escravismo. Isso se deu, porque, em tal jornal, se relacionou a intenção de uma família libertar um escravo em decorrência da proximidade do aniversário de morte de Tiradentes. Compreendemos que os proprietários daquele cativo poderiam simplesmente ter dado a alforria a ele a qualquer tempo, contudo,

24 – CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 9ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 70.

deram-na em um período de relevância político-simbólica, e tiveram seu “ato benevolente” registrado pela imprensa, frisando que:

À memória do imortal Tiradentes.

Muito de nossas livres vontades e de nossas filhas [...] concedemos liberdade ao nosso escravo Bento [...] de idade de 29 anos, perito oficial de pedreiro, boa constituição, bem sadio [...] que lhe concedemos gratuitamente, para que dela goze tão inteira e completamente, como se de ventre livre houvera nascido.

E, para seu título, firmamos o presente.

Ouro Preto, 21 de Abril de 1884, 92.º aniversário, do cruento suplício do protomártir da liberdade do Brasil²⁵.

É relevante que os ex-proprietários de Bento tenham salientado sua boa condição física e de saúde, assim como, demonstrado que ele era um escravo que tinha ofício, algo importante, principalmente, porque a partir de então ele teria que viver de seus ganhos. Ademais, faziam menção à Lei do Ventre Livre, colocando em um mesmo patamar a instituição da lei e sua atitude complacente e “gratuita” em prol do beneficiamento de Bento.

Presumimos que a simbologia em torno da imagem do alferes Silva Xavier tivesse tomado, naquele início de década, um sentido forte que algumas pessoas desejavam ter algum tipo de conexão com ela. A pretensa ligação entre uma atitude tida como louvável e associada à figura de um mártir com figura de herói poderia ter, naquele contexto, uma série de desdobramentos: desde alcançar status social (ou evidência na sociedade), como pessoas caridosas, até intenções implícitas e mais obscuras de se beneficiar de alguma forma dessa “caridade”. Desse modo, cria-se uma ambiguidade entre a atitude de conceder a liberdade a um escravo e as verdadeiras intenções de beneficiamento por trás desse ato.

Mas as relações entre a simbologia dos conjurados com a manumissão de cativos se estendem ainda mais. Num artigo de fundo de uma publicação de abril de 1884, aproveitou-se o tema da libertação dos escravos

25 – *Liberal Mineiro*, ano VII, n.º 45, 22/04/1884. Ouro Preto, p. 3, seção Noticiário e artigo *Livro d'ouro*. Ortografia atualizada.

na Província do Ceará para se fazer uma breve menção a Tiradentes. O texto trata da comemoração ocorrida em Minas Gerais, em decorrência da emancipação, e que “Os mineiros, festejando este dia de hoje, não fazem mais do que manifestar o patriotismo que devem ter os nascidos sob o mesmo clima que o Tiradentes”²⁶. Nessa relação de sinonímia, opera-se um discurso de assimilação, entre os mineiros, da postura do célebre conterrâneo, identificando, junto ao patriotismo, o desejo imanente de promover a liberdade. Clamou-se pela libertação dos escravos mineiros, mas, apesar desse enaltecimento ao povo de Minas, a emancipação na Província só ocorreu quando se deu de forma nacional, em 13 de maio de 1888.

Mas outros tipos de manumissões, com motivações diversas, sem referendar a Conjuração Mineira, ocorriam em Minas nos anos 1880. Na seção “Noticiário”, do jornal ouro-pretano *Liberal Mineiro*, lê-se o seguinte no artigo *Libertações*:

O nosso amigo, Sr. Arthur Augusto do Nascimento, e D. Fortunata Augusta Baeta, abastados fazendeiros residentes no município de Queluz, acabam de conferir carta de liberdade a todos os seus escravizados, em número de 15.

Por sua vez, o Sr. Capitão Manoel José Baeta Neves, diretor dos correios, concedeu alforria a dois escravizados seus, Matheus e Gertrudes, e mandou entregar-nos uma outra com que concorre para festejar o 50.º aniversário da ordenação do vosso venerando amigo, [papel dobrado].

Parabéns aos distintos abolicionistas²⁷.

Além disso, até mesmo a Província, personificada em sua maior autoridade de então (seu presidente), buscava meios de libertar alguns cativos. Na seção “Secção Oficial” e sob o título “Lei N. 2846 – de 25 de outubro de 1881”, trata-se sobre os escravos que ficassem sob a tutela do Estado. Eles deveriam ser leiloados e sua mão de obra utilizada por

26 – *A Provincia de Minas*, ano IV, n.º 202, 17/04/1884. Ouro Preto, p. 4, seção: *Seção Livre* e artigo *Ao Ceará*. Ortografia atualizada.

27 – *Liberal Mineiro*, ano X, n.º 64, 12/11/1887. Ouro Preto. Ortografia atualizada.

um período de tempo e, findo esse período, deveriam ser colocados em liberdade.

[...] O Doutor João Florentino Meira de Vasconcellos, Senador do Império e Presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou, e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1.º Nas execuções promovidas pela Fazenda Provincial, quando, por falta de arrematantes tiverem de ser adjudicados escravos à mesma Fazenda, os serviços destes, depois de avaliados, serão postos em praça para serem arrematados por sete anos por quem mais oferecer, a fim de ser o produto da arrematação aplicado ao pagamento da Fazenda, e findos os sete anos serão os referidos escravos declarados livres. Quando o escravo for maior de 40 anos o prazo acima será reduzido a cinco anos.

§ único. O preço da arrematação será pago no ato da mesma arrematação e logo recolhido à coletoria, com o abatimento de 8% a favor do arrematante dos escravos. O arrematante fica obrigado durante o referido prazo, de sete ou cinco anos, a vestir, sustentar e tratar, em caso de moléstia, o escravo ou escravos cujos serviços arrematar²⁸.

Obviamente que não vemos nenhuma atitude piedosa por parte da administração mineira com base na ação citada de arrematar escravos de sua propriedade, tampouco devemos louvá-la. O que importa ressaltar é que o texto ilustra, ao tratar de tais arrematações, o processo que foi aludido pelo redator de *O arauto de Minas* dois anos antes e que se refere ao fim da escravidão como um dismantelamento lento e natural, e no qual nem Estado nem escravistas sairiam prejudicados financeiramente.

Certamente, o discurso abolicionista, em Minas Gerais, apresentou opiniões distintas, posicionamentos variados e atitudes diversas ao longo do período imperial, sobretudo, tendo-se em vista o grande número de periódicos nos quais figurou. Nessa curta exposição, porém, quisemos mostrar a variedade discursiva amparada pelo movimento antiescravista, e também mostrar uma relevante aproximação entre esse movimento e a forte simbologia atrelada aos inconfidentes.

28 – *Liberal Mineiro*, ano IV, n.º 161, 05/01/1882. Ouro Preto, p. 2. Ortografia atualizada.

Os debates acerca da escravidão e da abolição nos jornais de Mato Grosso

A divisão administrativa e territorial da província de Mato Grosso, no final da década de 1830, era composta por duas Comarcas (Cuiabá e Mato Grosso) que, por sua vez, eram divididas em quatro Termos ou Municípios, sendo eles: Cuiabá, Diamantino, Poconé e Mato Grosso. Na segunda metade do século XIX, Cuiabá ainda era considerada uma cidade pequena. Segundo Santierre Sott (2018), a população variava entre 16 a 18 mil habitantes, ao contrário das cidades mineiras já mencionadas. Também haveria desacordo para a estimativa da população escravizada, sendo apontadas entre 2 a 4 mil pessoas²⁹.

A chegada da tipografia em Mato Grosso ocorreu em 1838, e resultou de uma proposta do jurista e presidente da Província à época, Pimenta Bueno. Sua justificativa foi de que era necessário dar publicidade aos atos das autoridades locais.

Conforme Sônia Zaramella³⁰, a introdução tipográfica nessa província ocorreu com a contribuição financeira da população. Porém, ao se montar a estrutura, questionava-se quem trabalharia nela devido à falta de mão de obra qualificada. Francisco José de Melo era um tipógrafo e veio de Meiaponte, atualmente Pirenópolis/Goiás. Ele chegou em junho de 1839, e fez circular, em 14 de agosto, o jornal *Themis Mattogrossense*³¹. Ele tinha um caráter oficial, embora comercializado, e teve breve periodicidade por divergências políticas³².

29 – SOTT, Santierre Luis Krewer. *A escravidão em anúncios do jornal “A Imprensa de Cuyabá” (1859-1865)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

30 – ZARAMELLA, Sônia. Jornal em Mato Grosso - no começo de tudo, a participação popular. In: *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis, 2004, p.1-24.

31 – JUCÁ, Pedro Rocha. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá, MT: Aroe, 2009.

32 – Concernente aos jornais pesquisados de Mato Grosso, são três os que foram publicados em Cuiabá. Eis a referência: A *Situação* pode ser consultada por meio deste endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=366250&PagFis=496&Pesq=escravo>. O *Liberal* está disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376558&PagFis=505&Pesq=escravido%C3%A3o>. O *Povo* se encon-

Em outubro de 1840, o cônego José da Silva, novo presidente da Província, defendeu a volta de uma tipografia provincial, por isso reiniciou a produção de jornal, porém com o nome de *Cuyabano Official* que, depois, seria modificado para *O Cuyabano*. Em 1848, a tipografia oficial foi vendida e o jornal passou a ser impresso em oficinas gráficas privadas³³.

Aos poucos, apareceram diversos jornais e houve uma disputa pela publicidade oficial, o que deu início a discussões de questões políticas e sociais. Mário Fernandes (2017) debate o patrocínio público e a suposta independência das primeiras tipografias privadas em Mato Grosso. Para ele,

Nos primeiros vinte anos de atividades, a imprensa de Mato Grosso passou do Poder Público à iniciativa privada, mas mesmo nessa nova fase não deixou de ser patrocinada pelo primeiro. Vicejando certo grau de independência, passou à oposição acompanhando com olhar mais crítico a administração pública da província. Porém, como persiste até os dias atuais, não só a imprensa mato-grossense, mas como a de todo o país, não conseguiu se desvencilhar totalmente das amarradas que a prende aos poderes político e econômico³⁴.

Apesar de Zaramella afirmar que o periódico *A imprensa de Cuyaba*, fundado em 1859, foi o primeiro a fazer oposição ao governo do Tenente Coronel Antônio Pedro de Alencastro³⁵ e à escravidão, havia nele anúncios de pessoas querendo comprar escravos, como, por exemplo: “Compra-se um escravo de 18 a 20 annos que seja de bonita figura e não tenha vícios nem achaques: na Rua Bella do Juis, n.º 22”³⁶. Também chama atenção

tra em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716138&pasta=ano%20188&pesq=escravid%C3%A3o>.

33 – *A Situação*, nº 729, ano 198, p. 4.

34 – FERNANDEZ, Mario Luiz. Apontamentos para uma história da imprensa de Mato Grosso do Sul. In: *Revista Brasileira de História da Mídia*. V. 6, nº 1, Jan/Jun 2017, p. 15-31. Citação à p. 21.

35 – Foi Presidente da Província de Mato Grosso de 1834 a 1836 e de 1859-1862. Responsável pela criação da Assembleia Legislativa em 1834. Ver: SENA, Ernesto Cerveira de. Além de eventual substituto. A trama política e os vice-presidentes em Mato Grosso (1834-1857). In: *Almanack*. Guarulhos, nº 4, 2º semestre de 2012, p. 75-90.

36 – *Apud* ZARAMELLA, Sônia. *Jornal em Mato Grosso ...*, p. 15

o fato de que, mesmo sendo um jornal de oposição, ele publicava ainda atos oficiais da administração pública. Talvez isso ocorresse, porque tanto os anúncios quanto aos atos oficiais eram feitos a partir de pagamentos.

De acordo com Sott, *A Imprensa de Cuiabá* teve um importante papel por ser um meio de informação à época e também por ser uma fonte de pesquisa sobre o cotidiano do sistema escravista na localidade.

A Imprensa de Cuiabá foi, senão o único, o mais importante dos jornais de sua época devido ao contrato de locação estabelecido com o Governo Provincial, dessa maneira estava estabelecida também uma ligação com a administração da Província e seus representantes, é a partir das publicações de notícias governamentais neste jornal que podemos perceber uma Cuiabá dinâmica, ambiente de vida de inúmeros súditos da Coroa, bem como um cenário de escravidão³⁷.

Em 1868, começou a circulação do jornal *A situação*, que existiu por cerca de 20 anos e que pertencia ao partido Conservador. Zaramella observa que, apesar de seu inicial posicionamento partidário, sua linha editorial variava favorável ou contrária ao governo. Em sua explicação, o período em que o jornal ficava encarregado da publicação dos atos oficiais da Província, ele defendia o governo. Na medida em que se perdia a publicidade de tais atos, fazia-lhe oposição³⁸.

Em uma edição do ano de 1880, aparece, no supracitado jornal, um pedido ao chefe de polícia no qual se relata uma briga entre dois homens: Lúcio e Júlio, sendo Lúcio ferido na cabeça. Porém, Lúcio era escravo de Ana Joaquina, companheira do subdelegado em exercício José Felipe d'Araújo. O anúncio criticava o fato de que o subdelegado teria chamado dois homens sem conhecimento específico para fazer a perícia. Outra crítica do jornal foi a de que o ferimento teria sido pequeno, e o subdelegado pediu uma indenização no valor de quarenta mil réis por considerá-lo grave. Porém, as pessoas designadas para a perícia não entraram em acordo sobre a gravidade do ferimento para assinar o documento³⁹.

37 – SOTT, Santierre Luis Krewer. *A escravidão ...*

38 – *Idem*, p. 55.

39 – *A Situação*. Cuiabá, nº 729, 1880, p. 4.

A crítica do jornal se pautava em um caso anterior, no do escravo Antônio, também pertencente à companheira do subdelegado, o artigo jornalístico não usa o termo esposa, que teria espancado gravemente um velho morigerado e permanecido impune. Por fim, pedia-se ao chefe de polícia que tomasse alguma providência contra os desmandos e os abusos das autoridades locais.

Percebe-se, então, que fatos que poderiam ser corriqueiros passam a ter um destaque maior para provocar e para criticar autoridades que eram consideradas oposicionistas à situação do jornal naquele momento. Sendo assim, no caso analisado, nota-se que não há preocupação em se entender o motivo da briga e sua possível solução. O registro das contendas com alguma participação de escravos era mobilizado como forma de denunciar os abusos de poder e a disputa de privilégios, não tendo como intuito discutir a escravidão ou a sua superação.

Em 1881, em outra edição de *A Situação*, Luiz Paietti, morador da freguesia de Santo Antônio do Rio-abaixo, também fazia críticas e pedia providências, pois ele teria ficado preso por 24 horas sem saber o motivo. Luiz Paietti era carpinteiro na fábrica do tenente Joaquim José Paes de Barros⁴⁰ e, por ter uma dívida com este, Barros o obrigou a trabalhar na roça. Contrariado, pois o trabalho de lavrar não teria sido combinado previamente, Paietti diz que saiu para procurar outro serviço e, assim, pagar sua dívida com Barros. Mas, no dia seguinte, o subdelegado (genro de Barros) o prendeu sem dizer o motivo. Paietti, então, denunciou que o tenente Paes de Barros teria invadido a casa do alferes Francisco Vieira de Moraes e espancado brutalmente os escravos deste; como genro, o subdelegado nada fez, alegando que o requerimento do senhor Vieira tinha erros. No final, Paietti se declara francês e pede ao cônsul o desagravo da injúria que sofreu⁴¹.

40 – Joaquim José Paes de Barros era proprietário da Usina da Conceição, primeira a utilizar máquina a vapor na Província (p. 55/56). Ver: ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870 - 1929 (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). In: *Boletim Paulista de Geografia – BPG*. Nº 61, 1984. p. 5-81.

41 – *A Situação*. Cuiabá, nº 781, 1881, p. 4.

Mais uma vez, o jornal é utilizado como meio de expor, para a esfera pública, provocações entre pessoas, desta vez, um indivíduo sem destaque social, porém alfabetizado, e que fez graves denúncias sobre pessoas que tinham destaque político, social e econômico. Ou seja, apesar de ser um trabalhador, Paieti teve acesso ao círculo que envolve pessoas alfabetizadas por meio do jornal e soube usá-lo como ferramenta de denúncia. O tema da escravidão surge de forma tangenciada, não havendo preocupações, por exemplo, acerca de como foram tratados os ferimentos do escravo de Moraes, ou se eles se recuperaram ou não, o que revela falta de preocupação com a sua integridade. Também mostra a linha tênue do tratamento dado a um trabalhador considerado livre e a um escravizado, pois parece que parte da revolta de Paieti se deu com a imposição de seu patrão para que ele trabalhasse na lavoura por uma dívida, ato que, talvez, estivesse associado ao trabalho escravo.

Segundo Zaramella⁴², o jornal *O Liberal* se apresentava como oficial, político e noticioso numa publicação de 25 de dezembro de 1873. Nele, consta ainda o anúncio de um escravo que fugiu em primeiro de setembro daquele ano, informando haver gratificação a quem o achasse e o entregasse. Abaixo, consta a imagem do anúncio:

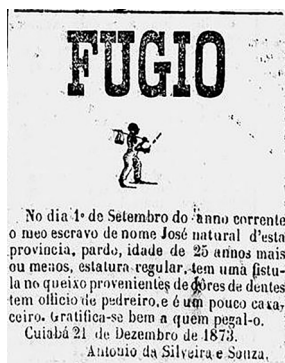


Imagem 1 – Jornal *O Liberal* (1873)
Fonte: *O Liberal*⁴³

42 – ZARAMELLA, Sônia. Jornal em Mato Grosso ...

43 – *O Liberal*. Ano III. Cuiabá, nº 120, 25/12/1873, p. 4.

Há certo estranhamento quando vemos um jornal ligado ao partido liberal publicar esse tipo de anúncio. Visto desse prisma, o contexto permite perceber que os membros de tal partido não destoavam, em essência, do partido rival, o conservador, uma vez que os seus interesses se coadunavam enquanto proprietários de terras e, por vezes, também de escravos. É necessário entender que o tema da escravidão, bem como de seu fim, era algo espinhoso à época. No Parlamento, foi levantado pela primeira vez na Fala do Trono de 1867, depois, seria abordado no programa partidário do novo partido Liberal e, mais tarde, mencionado pelo partido Republicano, fundado na Corte, em dezembro de 1870.

Ademais, conforme Resende, as reformas postas em prática pelo Gabinete Rio Branco (1871-1875), anos depois dos artigos jornalísticos analisados, as quais visavam precipuamente a modernização econômica do país, não lograram muito êxito, posto que sofreram muitas restrições, embora tenham sido, na prática, reformas incompletas. Mas, ainda assim, elas abalaram o sistema político imperial⁴⁴.

O desgaste no partido Conservador, que vinha baqueado desde pelo menos 1862, com o desligamento de alguns de seus membros para a formação da Liga Progressista, ficou mais patente pelo programa implementado pelo Ministério Conservador. Já pelo lado dos liberais, houve um ressentimento com Rio Branco por ter deixado de lado as reformas políticas vistas por eles como as mais candentes, e ter realizado uma pauta tida como secundária: o escravismo e o regime de trabalho, que eram ainda os pontos mais ousados do programa Liberal.

Angela Alonso também faz uma análise dessas reformas. Para ela, essas reformas:

[...] geraram uma crise interna à elite política. Quebraram duas regras tácitas do regime. Na forma, violaram o princípio do consenso na tomada de decisões no Império, que lhes dava o caráter de responsabi-

44 – RESENDE, Augusto Henrique Assis. *Imprensa e política: os usos simbólicos da Conjuração Mineira em São João del-Rei e Ouro Preto (1877 – 1889)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil, 2014.

lidade coletiva. Substantivamente, abriram as questões indiscutíveis, a escravidão, a religião de Estado, o sistema representativo, inserindo na agenda política os fundamentos do *status quo* imperial⁴⁵.

No periódico *O Liberal*, foi publicado um discurso proferido na sessão da Câmara dos Deputados, no dia 27 de fevereiro de 1872, no qual o deputado provincial Zama fez uma análise da escravidão. Zama se via como liberal, mas entendia que, no Brasil, a intervenção do governo era indispensável. Ele reconhecia a ilegitimidade da escravidão como instituição, mas também reconhecia a legitimidade da propriedade adquirida de boa fé. Para ele, a libertação de escravos não deveria se relacionar à filantropia, pois tal instituição encerraria em si a solução de um problema econômico. Ou seja, a escravidão não deveria ser resolvida por impulsos mais ou menos generosos, mas sim resolvida a partir de reflexões dos problemas que suscitava.

Ao escrever uma coluna do jornal *O Liberal*, o deputado Zama (1882) entendia que era necessário resolver primeiro a questão da substituição do trabalhador com a promoção de uma imigração espontânea, para depois abolir a escravidão. Ele ainda criticava a atuação dos abolicionistas:

Creio que não erro quando assevero que a linha de proceder seguido pelos abolicionistas desta capital, sem melhorar a sorte do escravo, tem, entretanto, abalado profundamente a disciplina nas fazendas e colocado os senhores de escravos no mais deplorável estado de falta de segurança individual⁴⁶.

O referido deputado ainda defendia os senhores de escravos ao argumentar que seria uma injustiça entendê-los como algozes de seus semelhantes. Em seu entendimento, no Brasil, não havia partidários da escravidão. Esse discurso nos faz perceber que ele defendia os interesses dos senhores de escravos e entendia que o direito à propriedade privada estaria acima da liberdade do escravo. Apesar de sua opinião ser publicada em um jornal pretensamente liberal, a sua visão estava arraigada ao

45 – ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 87.

46 – *O Liberal*. Edição 542. Ano XI. 24/06/1882. p. 3 e 4.

discurso tradicional, da necessidade do uso da mão de obra escravizada, por isso não chegava sequer a cogitar libertar os escravos para empregá-los como trabalhadores livres. Ao contrário, argumentava, ainda, que a libertação de escravos colocaria em risco a vida dos senhores.

Isso se devia ao fato de boa parte dos políticos que compunham tanto o partido Conservador quanto o partido Liberal serem senhores de escravos, além de estarem unidos contra a participação popular nas decisões políticas. Havia variações provinciais entre os dois partidos, mas, grosso modo, uma diferença entre eles se dava pela maneira como o governo deveria funcionar. Os conservadores eram a favor de um poder fortemente centralizado nas mãos do Imperador. Já os liberais eram favoráveis a um poder central mais fraco, no qual as províncias tivessem maior proeminência.

Zaramella⁴⁷ aponta que, em Mato Grosso, o movimento abolicionista começa a ganhar espaço na década de 1870, sendo marcado pela fundação de entidades abolicionistas, tais como a Sociedade Emancipadora Matogrossense (1872) e a Sociedade Abolicionista de Mato Grosso (1883).

Zaramella assinala que o jornal *O Povo*, organizado por José Maria Velasco, foi um periódico abolicionista que existiu de 1878 a 1882. Conforme a autora, Velasco era republicano e abolicionista declarado, sendo que, em seu jornal, combateu o escravagismo e pleiteou a liberdade de muitos que se encontravam em cativeiro⁴⁸.

Como exemplo da luta de Velasco pela libertação de escravos, podemos citar o artigo publicado em 18 de fevereiro de 1879, no qual ele discute sobre o encerramento de um litígio de posse de escravos. Conforme a notícia, D. Jeronima teria dado uma carta de alforria a sete escravos com a condição de libertá-los após a sua morte. Contudo, mesmo com seu falecimento, seus filhos não respeitaram o acordo e não os libertaram.

47 – ZARAMELLA, Sônia. *Jornal em Mato Grosso ...*

48 – ZARAMELLA, Sônia. *Jornal em Mato Grosso ...*

Pelo decorrer da leitura, entendemos que o caso já havia sido denunciado e tratado em edições anteriores⁴⁹.

A situação ocorreu no sítio Bela Vista, pertencente à localidade de Rosário, e foi levantada pelo jornal, por isso levada à Justiça Provincial, que deu ganho de causa aos escravos. Um dos sete escravos iniciais havia sido vendido e levado à localidade de São Luiz de Cárceres, ainda assim, ele também deveria ser conduzido à liberdade.

O jornal argumentava que “a conservação destes 7 infelizes na escravidão, era na verdade o que se pode chamar absurdo, um facto criminoso e revoltante, para o qual já demorava uma providência”⁵⁰. O jornal também criticava e chamava a vila de Diamantino, onde o fato ocorreu, de decadente e analisava que a vila não possuía pessoas aptas para ocupar cargos públicos, pois o caso poderia ter sido resolvido se as autoridades locais não tivessem despachado contra o direito e contra a liberdade dos sete indivíduos.

Apesar de se colocar como abolicionista, o jornal *O Povo*, na edição de 24 de junho de 1879, alguns meses após a publicação do caso citado anteriormente, apresentou um anúncio de venda de escravo. Esse anúncio colocou em questão a necessidade mercadológica de o impresso angariar fundos para o seu funcionamento, mesmo que fosse anunciando a venda de escravos. Também chama a atenção a idade dos escravos, posto que, depois dos 30 anos, os escravos costumavam não estar em seu ápice produtivo.

49 – *O Povo*. Cuiabá, ano 1, nº 6, 18/02/1879. p. 3.

50 – *Idem*.

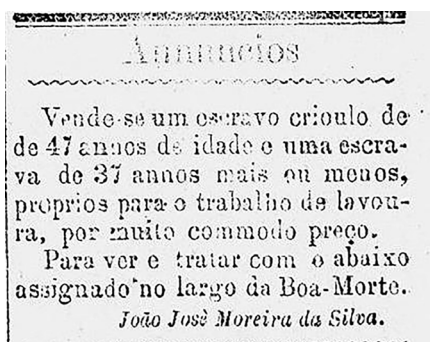


Imagem 2 – Jornal *O povo* (1879)
Fonte: *O povo* (1879)⁵¹

Para termos uma ideia da existência da escravidão nas quatro comarcas mato-grossenses durante todo o século XIX, tomaremos o exemplo de Sant'Ana de Paranaíba. De acordo com o Censo de 1872, Paranaíba tinha uma população livre de 2.880 pessoas e de 354 escravizados. Outro dado é o Relatório do Presidente de Província elaborado para a Assembleia Legislativa Provincial, em 1876, que apresentou 388 cativos em Sant'Ana de Paranaíba⁵². Apesar de ser uma realidade diferente da encontrada em Minas Gerais e tendo também uma dinâmica diferente de Cuiabá, podemos perceber que a escravidão teve uma presença perene em Mato Grosso em quase todo o século XIX.

Considerações Finais

Podemos perceber que os debates favoráveis ou contrários à escravidão foram fortes e constantes em ambas as Províncias estudadas. Em Minas Gerais, destaca-se a construção discursiva de uma analogia com a Inconfidência Mineira para argumentar a favor da abolição, ainda que, em sua gênese, aquele movimento não tenha nenhuma característica abolicionista. E, apesar da figura de Tiradentes aparecer como parte do panteão

51 – *O Povo*, Cuiabá, ano, n.º 19, 24/06/1879. p. 4.

52 – CAMARGO, Isabel Camilo de. *As relações de trabalho e a resistência escrava em Sant'Ana de Paranaíba* - Província de Mato Grosso (1828- 1888). Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil, 2015, p. 79.

nacional somente após a instauração da República, é possível identificá-la como emblemática e de grande importância histórica já nas discussões jornalísticas do último quarto do século XIX.

Em Mato Grosso, nota-se que, de início, o escravo aparecia como pano de fundo das contendas políticas, depois, houve alguma defesa da abolição da escravidão nos jornais de tendência liberal, porém a sua defesa mais enfática só ocorreu nos jornais propriamente abolicionistas, sendo que mesmo estes tiveram que publicar anúncios de venda de escravos – como no caso do jornal *O povo*, de Mato Grosso – como forma de sustentar sua publicação.

A discussão sobre a escravidão e a abolição nos periódicos das duas províncias mostra o quanto a escravidão estava imbricada na sociedade brasileira e em diversas regiões que tinham dinâmicas econômicas, políticas e culturais diferentes. O desenrolar deste artigo nos fez pensar nas peculiaridades do sistema escravista nacional. Esquivando-nos do anacronismo, percebemos o quanto a demora em se proceder à abolição completa da escravatura, com uma série de leis apenas mitigadoras da escravidão, trouxe grande atraso econômico e social ao Brasil. Atrasos que denotam sua origem no cruento sistema escravista brasileiro, que suscitava defensores e críticos.

Texto apresentado em agosto de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.